RESOLVE:

I – ESTABELECER, em caráter extraordinário, a **PRORROGAÇÃO** do prazo de aplicação previsto na Portaria nº 56 – GAB/2008, passando a valer **até o dia 15/07/2008**, somente às pessoas discriminadas na mesma, para que requeiram a citada regularização, devendo comparecer à **Casa do Mutuário**, localizada à Rua Olavo Bilac, esquina com Rua Simplício Mendes, fundos da Igreja de Nossa Senhora das Dores, na Praça Saraiva, Teresina – PI, no horário das 8:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira;

II – RATIFICAR todas as condições já estabelecidas quanto à regularização contratual com o ocupante na Portaria nº 56 – GAB/2008;

III – INFORMAR a existência da Resolução nº 002, que versa sobre os processos de transferências de imóveis financiados pela extinta COHAB/PI e **CORROBORAR** que caso o ocupante não possua Procuração Pública, nem ocorra o comparecimento espontâneo do(s) mutuário(s) a fim de efetuar a Cessão de Direitos e Obrigações, fica o ocupante devidamente autorizado a participar do procedimento de alteração da titularidade do bem, mediante a apresentação indispensável dos requisitos exigidos pela Portaria nº 56 – GAB/2008. Além destes, caso o ocupante detenha Declaração e/ou Recibos de Compra e Venda; e/ou Procuração Particular, deverá anexá-los ao processo administrativo de transferência;

IV – DETERMINAR aos setores competentes desta Empresa a adoção de todas as medidas necessárias à publicidade e eficácia plena desta Portaria, assinada pela Diretora Presidente legalmente constituída, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura, devendo-lhe ser dada ampla divulgação.

Esta Portaria entre em vigor na data de sua assinatura.
Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se.

LUCILEDESOUZA MOURA
Diretora Presidente da EMGERPI

PORTARIA Nº 81 - D/2008 - GAB

Teresina - PI, 04 de junho de 2008

A DIRETORA PRESIDENTE DA EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Ata Assembléia Geral Extraordinária da EMGERPI realizada em 18 de setembro de 2007 e arquivada na Junta Comercial em 24/09/2007, e

CONSIDERANDO que muitos mutuários encontram-se inadimplentes com a EMGERPI pela dificuldade em quitar as prestações dos imóveis em razão da diminuição de sua capacidade de pagamento;

CONSIDERANDO que é objetivo desta Empresa apresentar soluções que aperfeiçoem as operações de arrecadação oportunizando aos mutuários, meios de regularizar a situação dos imóveis, a fim de sanar a inadimplência;

CONSIDERANDO que é função desta Empresa, apresentar soluções que além de atender o aspecto comercial e financeiro, tenham significado alcance social, à luz dos preceitos legais pertinentes;

CONSIDERANDO os termos expostos na **Portaria nº 065 D/2008 - GAB**, que trata dos contratos negociados sob a **possibilidade de quitação prevista em Portarias próprias**, sendo que, no entanto, verificou-se a existência de INCORPORAÇÃO DE DÉBITOS/REDIMENSIONAMENTO/RESÍDUOS, vem, a Diretoria da EMGERPI, através desta, **INCLUIR** e **PROMOVER** condições benéficas de negociação **AOS QUE ESTAVAM PAGANDO EM DIA**. Passa a presente Portaria regulamentar acerca destes, devendo ser aplicada a cada Conjunto Habitacional, conforme sua particularidade;

RESOLVE:

I – INFORMAR a todos os mutuários que procederam anteriormente à INCORPORAÇÃO DE DÉBITO com REDIMENSIONAMENTO de suas prestações e que estavam pagando rigorosamente em dia, que será realizado um encontro de contas. Após o levantamento da quantia já paga, será esta deduzida do valor base de quitação que foi considerado para cada Conjunto Habitacional. Posterior a esta minuciosa apuração e abatimento, a empresa promoverá condições facilitadas para a regularização dos contratos que eventualmente ainda venham a apresentar resíduos, parcelando em até 12 (doze) meses;

II – CONSIDERAR como valor base a ser utilizado como parâmetro de cálculo de cada Conjunto Habitacional os estabelecidos e expostos nas Portarias específicas anteriormente publicadas;

III - Aos mutuários que venham a negociar de forma **PARCELADA** assinarão **Instrumento Particular de Composição de Dívida/Saldo Devedor e Quitação do Contrato**, no qual reconhecerão como líquido e certo o débito ora parcelado, sendo a documentação de quitação liberada após a confirmação do pagamento da última prestação;

IV - DETERMINAR que a falta de pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou 03 (três) alternadas, acarretará no cancelamento automático do acordo pactuado, retornando o Contrato à situação anterior, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, ensejando na execução imediata das parcelas vencidas e vincendas do contrato originário, estando o compromitente desde já ciente que a EMGERPI poderá tomar as medidas de cobrança judicial, retomada do imóvel;

V – ESTABELECER, em caráter extraordinário, o período compreendido entre **04/06/2008 a 04/08/2008** para que os mutuários enquadrados na presente situação compareçam à **Casa do Mutuário**, localizada à Rua Olavo Bilac, esquina com Rua Simplício Mendes, fundos da Igreja de Nossa Senhora das Dores, na Praça Saraiva, Teresina – PI, no horário das 8:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira;

VI – AUTORIZAR a inclusão na lista de devedores do **Serviço de Proteção ao Crédito – SPC** dos mutuários inadimplentes que não comparecerem à Casa do Mutuário para negociar seus débitos.

VII – DETERMINAR aos setores competentes desta Empresa a adoção de todas as medidas necessárias à publicidade e eficácia plena desta Portaria, assinada pela Diretora Presidente legalmente constituída, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura, devendo-lhe ser dada ampla divulgação.

Esta Portaria entre em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se.

LUCILEDESOUZA MOURA
Diretora Presidente da EMGERPI

PORTARIA Nº 83 - D/2008 - GAB

Teresina - PI, 05 de junho de 2008

A DIRETORA PRESIDENTE DA EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Ata Assembléia Geral Extraordinária da EMGERPI realizada em 18 de setembro de 2007 e arquivada na Junta Comercial em 24/09/2007, e

CONSIDERANDO que muitos mutuários encontram-se inadimplentes com a EMGERPI pela dificuldade em quitar as prestações dos imóveis em razão da diminuição de sua capacidade de pagamento;

CONSIDERANDO que é objetivo desta Empresa apresentar soluções que aperfeiçoem as operações de arrecadação oportunizando aos mutuários, meios de regularizar a situação dos imóveis, a fim de sanar a inadimplência;

CONSIDERANDO que é função desta Empresa, apresentar soluções que além de atender o aspecto comercial e financeiro, tenham significado alcance social, à luz dos preceitos legais pertinentes;

CONSIDERANDO a situação atual das pessoas beneficiárias do **Programa de Subsídio à Habitação – PSH**.